

Projeto pode reduzir verba do Dade para os municípios

Deputado quer nova divisão de recursos

MAURÍCIO MARTINS
DA REDAÇÃO

Um dos recursos mais importantes para as cidades da Baixada Santista, que financia as principais obras públicas, deve ter as regras de repasse alteradas. Um projeto de lei em discussão na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), com previsão de aprovação ainda este ano, modifica os requisitos para a classificação de cidades estâncias e cria cerca de 100 municípios de interesse turístico (número ainda em análise).

A proposta pode mexer no montante repassado pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (Dade), ligado à Secretaria Estadual de Turismo, às atuais 67 estâncias (oito da região, só Cubatão não é considerada). Isso porque as cerca de 100 cidades previstas para se tornarem de interesse turístico também devem receber verbas com intuito de ampliar os serviços oferecidos no setor.

Hoje, o dinheiro distribuído entre as estâncias chega a R\$ 300 milhões ao ano. O fundo é composto por 10% da arrecadação própria de impostos desses municípios. Na divisão, 50% do valor é repartido igualmente entre todos. A outra metade é proporcional à arrecadação de cada cidade. Santos tem uma das maiores fatias: quase R\$ 32 milhões estão previstos para este ano.

O deputado estadual João Caraméz (PSDB), autor da iniciativa, afirma que a nova legislação vai acabar com o repasse de projetos de leis pedindo a inclusão de cidades na categoria de estâncias. "Passa de 150. E muitas cidades não têm condição de serem estâncias. Isso aconteceu pela necessidade de receberem recursos e as estâncias têm essa verba carimbada do Dade. Esses municípios pediram aos seus deputados que protocolassem os pedi-

Critérios

O Estado de São Paulo reúne 67 municípios considerados estâncias por lei. São cidades que recebem verbas do Dade todos os anos, sempre aplicadas em obras que melhoram sua estrutura para receber turistas. As estâncias são classificadas como balneárias, climáticas, hidrominerais e turísticas, de acordo com a sua vocação.

dos", diz Caraméz. O deputado crê que a aceitação de tantas cidades inviabilizaria o fundo.

O projeto, porém, não cita como os recursos serão divididos. A decisão será do Governo do Estado. "A ideia é que o governador, ao invés de colocar 10% no fundo, coloque 11%. Na hora de distribuir, iria 9% para aqueles que são estâncias e 2% aos de interesse turístico".

Questionado sobre uma possível queda no valor recebido pelas atuais estâncias (que ficariam com 1% a menos), o deputado justifica como sendo uma quantia irrisória. "Se dividir, é muito pouco. Há cidades que recebem seis vezes mais do Dade do que a arrecadação própria. Um exemplo é São José do Barreiro, que arrecada R\$ 400 mil por ano de tributos municipais e este ano receberá quase R\$ 2,2 milhões".

Com as regras mais rígidas, as 67 estâncias passariam por uma avaliação a cada quatro anos. Os municípios que não se adequarem perdem o recurso e outros pleiteantes, que estarão entre os 100 de interesse turístico, entram no lugar. Pelo menos quatro seriam substituídos a cada análise, criando uma espécie de segunda divisão.

O secretário Estadual de Turismo, Cláudio Valverde, acha a mudança necessária porque



Um dos equipamentos turísticos que mais passaram por obras nos últimos tempos em Santos, o Aquário contou com verbas vindas do Dade



Recursos do órgão estadual viabilizaram a reabertura do Orquidário

muitas estâncias, por falta de documentação, não liberam o dinheiro do Dade. "Como esse dinheiro faz parte de um fun-

do, quando um município deixa de retirar, não tem como redistribuir para outro. O recurso volta para o tesouro do

Valores garantidos (em R\$)

Município	2012	2013
Bertioga	6.147.807,50	6.586.669,46
Guarujá	17.648.867,60	20.932.764,81
Itanhaém	4.425.265,40	5.056.813,61
Mongaguá	3.827.983,45	4.055.380,96
Peruíbe	3.975.437,85	4.315.757,41
Praia Grande	12.568.985,35	15.306.924,11
Santos	27.807.580,05	31.900.367,31
São Vicente	7.445.428,95	9.205.965,16
Total	83.847.356,15	97.360.642,83

Fonte: Secretaria de Estado de Turismo

Estado", diz. Para o secretário, se novas cidades, com maior potencial de arrecadação, participarem, o montante vai aumentar. "O projeto visa ampliar, não tirar de ninguém".

CUBATÃO

O deputado estadual Luciano Batista (PSB) afirma que foi o projeto para incluir Cubatão como estância, de sua autoria, que travou os outros na Alesp desde 2007. "Me chamaram para tirar da pauta. Não vou tirar, quero ver votar contra uma cidade que reúne o que a lei exige. O governo quer fazer um grupo de pleiteantes, sou a favor, porque Cubatão é a que mais tem condições (de entrar neste grupo)".

A prefeita de Cubatão, Marcia Rosa (PT), afirma que entrar no grupo das 100 cidades de interesse turístico é "melhor que nada". "O peso na Assembleia é o da política, não do merecimento. Não se quer criar uma nova fonte de recursos, mas um jeito de dizer 'tem um consolo aqui'. Não existe turismo na região sem passar por Cubatão".

O prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), acha a medida válida, desde que as regras sejam claras. "Além da inclusão das novas cidades, é importante que o Governo possa ampliar o aporte de recursos. A expectativa é que Santos acumule receita com isso".

Consultor aponta dívida do órgão

Historicamente, o Governo do Estado não repassa os 10% da receita própria das estâncias, exigidos por lei, para estas cidades. Essa é a opinião do jornalista e consultor em finanças Rodolfo Amaral, da consultoria R. Amaral & Associados. "O assunto é mais sério do que aparenta quando se fala do aspecto financeiro, do que os municípios estão deixando ou deixando de receber durante longos anos em que existe essa lei".

Aliás, segundo a Constituição Estadual, 10% é o mínimo que o Estado deve repassar através do Dade. Nada impediria o Governo de mandar mais dinheiro. Segundo o consultor, a lei também não fala em perda

do valor, caso a estância não apresente projetos. "Tem dispositivos na legislação dizendo que o dinheiro deveria ser corrigido monetariamente. Portanto, conclui-se que (as cidades) têm uma conta lá, um crédito a receber", explica.

Para Rodolfo Amaral, os municípios não cobram por questões políticas, para não criar atritos com o Estado. "A Constituição Brasileira diz que qualquer cidadão é parte legítima para propor uma ação de reparação ao dano público. Se o meu município deixou de receber dinheiro que poderia ter sido investido em prol da comunidade, eu posso propor uma ação contra o governador do

Estado. E o prefeito que não faz isso prevarica função pública", assinala.

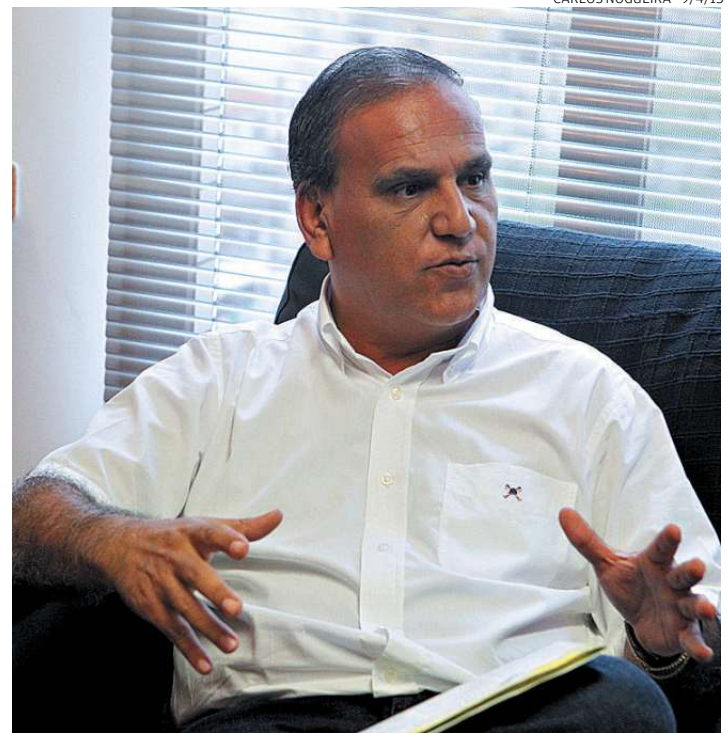
O consultor acha que o Dade deveria apresentar um extrato detalhado, desde o início das remessas, em 1994. "Eu não duvido que esta dívida com as estâncias hoje passe de um R\$ 1 bilhão".

A diretora do Dade, Elizabeth Correia, garante que hoje as parcelas do fundo são liberadas para os municípios em menos de 30 dias após a análise de documentos. "Não temos nenhum processo parado por problemas do Dade", diz. O departamento afirma que todos os repasses vêm sendo efetuados conforme determina a lei.

PERDAS

A respeito do projeto que prevê mudanças na classificação das estâncias, Amaral acredita que é preciso haver uma revisão na legislação. Entretanto, alerta para a possibilidade de surgirem problemas. Ele cita, por exemplo, uma situação em que a Capital seria incluída, por representar o maior eixo de turismo de negócios.

"A receita própria de São Paulo, no ano passado, foi de R\$ 17 bilhões. Soma isso com os R\$ 3 bilhões de receita das outras estâncias, dá R\$ 20 bilhões. No mínimo de 10%, tem de mandar R\$ 2 bilhões para as estâncias. O Estado tem esse dinheiro?", questiona.



Para Rodolfo Amaral, municípios não cobram por questões políticas

Leitura rápida

Cultura Encontro discute sistema municipal

A Secretaria de Cultura de Guarujá convida produtores, gestores, artistas e instituições para um encontro que irá discutir o Sistema Municipal de Cultura e seus processos de implementação, a partir da Lei nº 3969, que atende às exigências do Ministério da Cultura. O encontro acontece amanhã, no Anfiteatro Ferreira Sampaio, à Rua Oswaldo Aranha, nº 800 - Vicente de Carvalho, a partir das 19 horas.

Vestibular Esags está com inscrições abertas

O vestibular de meio de ano da Escola Superior de Administração e Gestão (Esags) já está com as inscrições abertas. As provas serão realizadas no dia 23 de junho, às 14 horas. Os interessados têm até o dia 22 do mesmo mês para inscrever-se pelo portal na internet: www.vestibularesags.com.br. A taxa é de R\$ 45,00. Ao todo, são 550 vagas distribuídas nas unidades Santos e Santo André, nas graduações em Administração, Economia e Ciências Contábeis.

Inclusão Settaport promove curso de informática

A Fundação Settaport tem 100 vagas abertas para o curso de inclusão digital (informática), voltado a maiores de 10 anos até idosos. As aulas começam em maio e ocorrem duas vezes por semana, com horários variados. Os interessados podem se inscrever na Paróquia São João Batista (praça Guadalajara s/nº, Morro da Nova Cintra, Santos) de segunda a sexta, das 8h30 às 11h30 e das 14 às 18 horas, levando RG e CPF.